

Resenha

Transgredir, praticar a liberdade

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 283p.

Catharina Viégas de Carvalho (UFSM)*
ORCID 0000-0002-8609-6693
Anselmo Peres Alós (UFSM)**
ORCID 0000-0003-2062-2096

Como mulher negra nascida no sul rural dos Estados Unidos, durante o regime de segregação racial imposto nos estados sulinos do país após a Guerra Civil estadunidense, Gloria Jean Watkins (25 de setembro de 1952 – 15 de dezembro de 2021) toma suas experiências de vida como argumento de autoridade na produção do livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, compilando ensaios, artigos e intervenções apresentadas pela autora em diferentes ocasiões reunidos no volume. Escrevendo sob pseudônimo de bell hooks, publicou seu primeiro livro enquanto completava a graduação, em 1981; intitulado *Ain't I A Woman: Black Women and Feminism* (hook, b. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019) – livro cujo título afirma a importância da voz das mulheres negras contra o sexismo – como a voz de Sojourner Truth (abolicionista negra estadunidense e ativista dos direitos das mulheres), que no século XIX, durante um encontro em que se discutia o direito ao voto para o povo negro, mas excluía as mulheres negras - uma vez que as mulheres eram vistas como frágeis e incapazes de descer de uma carruagem sozinhas -, perguntava repetidamente: e eu não sou uma mulher? A ativista afirmava ser uma mulher ainda que trabalhasse e fosse castigada como um homem e ainda que visse seus filhos serem vendidos para a escravidão, sustentando a especificidade da mulher negra, assegurou que não haveria mudança se o direito ao voto se estendesse apenas aos homens negros.

Seguindo esse viés, bell hooks problematizou o chamado feminismo *mainstream* (nome dado ao predomínio da voz de mulheres brancas, principalmente das classes mais altas, no movimento feminista, que em muitos discursos não valida o feminismo das mulheres negras, principalmente de classes menos privilegiadas). E como professora e pesquisadora engajada no campo da educação e, principalmente, na transgressão em sala de aula, bell hooks desenvolve suas ideias conjugando reflexões sobre o feminismo engajado e a pedagogia crítica do pensador brasileiro Paulo Freire que, como ela mesma cita no livro: “Quando descobri a obra do pensador brasileiro Paulo Freire, meu primeiro contato com a pedagogia crítica, encontrei nele um mentor e um guia, alguém que entendia que o aprendizado poderia ser libertador” (hooks, 2013, p. 15).

No momento em que os fatores de perpetuação dos sistemas de opressão e dominação são contestados pelos crescentes movimentos antirracista, antipatriarcal e anticapitalista que vem se fortalecendo desde o final do século passado, o trabalho teórico-

* Acadêmica do curso de Letras/Bacharelado e bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal de Santa Maria (PROBIC/FAPERGS/UFSM), no projeto de pesquisa CORPO/NAÇÃO/NARRAÇÃO: masculinidades subalternizadas no romance brasileiro (1980-2019). E-mail: catharina.viegas@acad.ufsm.br.

** Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista de produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: anselmoperesalós@gmail.com.

crítico de hooks torna-se essencial. Os ensinamentos contidos nele fazem com que esse livro tenha potencial para que cada professor e aluno possam, juntos, revolucionar não só o espaço em sala de aula, mas cada vida ali presente.

Ao longo dos catorze ensaios que compõem a coletânea, bell hooks discorre sobre diversas e relevantes questões que permeiam o sistema de ensino estadunidense, a necessidade de constante autoatualização dos professores, a importância da experiência e de trabalhar a noção de prazer no contexto de sala de aula multicultural, vinculando-as com temas urgentes e necessários, tais como raça e etnia, gênero e classe, a fim de que o leitor termine o livro armado de consciência crítica para refutar os modelos de dominação ainda vigentes na nossa sociedade, com fins fim de transformá-la.

Estudante negra durante os anos de segregação racial, a autora tinha por maioria professoras negras cujo lecionar era um ato fundamentalmente político, com raízes na luta antirracista. Adotando uma pedagogia revolucionária de resistência profundamente anticolonial, tinham por objetivo nutrir os alunos de conhecimento para que realizassem seu destino intelectual a fim de dignificar a raça. Segundo a autora, naquela época a escola era sinônimo de prazer, era um lugar que a permitia se reinventar e ser transformada por novas ideias. Quanto à sua infância em escolas segregadas, ela comenta: “Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista” (hooks, 2013, p. 10).

Em seguida, a autora explica como a escola mudou radicalmente, no contexto estadunidense, com a integração racial. Segunda ela “já não tinha ligação com a luta antirracista” (hooks, 2013 p. 12), porquanto nas escolas integradas, os professores, em sua maioria homens brancos, reforçavam os estereótipos de raça. Apesar de enfrentarem diariamente pressupostos racistas de inferioridade genética e intelectual, dos negros esperava-se obediência, dado que o mínimo sinal de interesse pelo aprendizado era visto como uma ameaça à autoridade branca:

Essa transição das queridas escolas exclusivamente negras para escolas brancas onde os alunos negros eram sempre vistos como penetras, como gente que não devia estar ali, me ensinou a diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que só trabalha para reforçar a dominação. Os raros professores brancos que ousavam resistir, que não permitiam que as parcialidades racistas determinassem seu modo de ensinar mantinham viva a crença de que o aprendizado, em sua forma mais poderosa, tem de fato um potencial libertador. Alguns professores negros haviam se juntado a nós no processo de dessegregação. E, embora tivessem mais dificuldade, continuaram apoiando os alunos negros mesmo diante da suspeita de estarem favorecendo sua própria raça (hooks, 2013, p. 12-13).

Situação que se agravava quando a autora adentrou o ensino superior, em 1973, naquela época não brancos oriundos de grupos marginalizados que adentravam instituições privilegiadas e predominantemente brancas “eram levados a sentir que não estavam lá para aprender, mas para provar que eram iguais aos brancos” (hooks, 2013, p. 14), e qualquer sinal de desconformidade era visto como uma forma de autocomplacência com o objetivo de maquiagem sua suposta inferioridade racial ou um trabalho abaixo do padrão.

Toda essa frustração para com o modelo de ensino vigente, somada a anos de experiência em classe, incentivam a autora, munida do pensamento feminista e da pedagogia crítica de Paulo Freire, a fornecer referências para elaborar um modelo de ensino libertador, que transgrida ao que Freire chamou de ensino bancário (modelo de ensino tradicional como o que temos no Brasil, denunciado por Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* [São Paulo: Paz e Terra, 1974]) e transforme a sala de aula em um lugar de desenvolvimento do pensamento crítico e compartilhamento de experiências, um lugar onde todas as vozes são válidas e onde aprender seja sinônimo de prazer.

Um detalhe interessante sobre *Ensinando a transgredir – a educação como prática da*

liberdade é o espaço de tempo decorrido entre o lançamento do livro nos Estados Unidos e a publicação da versão traduzida no Brasil. Publicado pela primeira vez em inglês, em 1994, apenas em 2013 ele é traduzido e lançado no Brasil. Passaram-se quase duas décadas para que o livro chegasse até as prateleiras dos brasileiros. Isso não deixa de ser sintomático. Essa problemática se dá devido ao notável atraso do país no que diz respeito à luta antirracista. País cujo racismo só veio a ser criminalizado em 1988, na chamada Constituição Cidadã (assim apelidada por seu distinto viés social para a época), o Brasil sofria, e ainda sofre, com graves sequelas deixadas pelo passado. No campo educacional não poderia ser diferente.

Foi um desafio para os movimentos sociais negros organizados que reivindicam uma educação menos eurocêntrica, a qual contemplasse os componentes africanos que constituíram o passado brasileiro e que participam ativamente da construção de seu presente e, dessa forma, tornar obrigatória a inclusão curricular da História das populações negras no Brasil que, desde 1996 vinha sofrendo com a resistência dos partidos mais conservadores na Câmara de Deputados, que tinham por objetivo incorporar esse conteúdo ao breve estudo das diferentes matrizes que contribuíram para a formação do povo brasileiro, sem destacar a importância e as particularidades da História das populações negras no país.

Em 2003 a Lei nº 10.936/03 é promulgada, alterando a Lei nº 9.394, de 1996, e introduzindo no currículo escolar o estudo da História e Cultura do Negro e da África. Dentro desse contexto da alteração da LDB/1996, a Resolução CNE/CP nº. 01/2004 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2009, p. 32). A instauração das Diretrizes foi justificada tendo-se em vista:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básico trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, a sua identidade e a direitos seus. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringem à população negra, ao contrário dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2013, p. 32).

Nessa perspectiva, a Lei nº 10.936/03, uma vez implantada na Constituição, vem lentamente sendo implementada na sociedade brasileira. O Ministério de Educação e Cultura – MEC – reconhece que a lei ainda atinge baixo grau de efetividade e vinha trabalhando na formação de docentes por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI – pelo Programa de Formação Continuada de Professores em Educação para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e para a Educação Quilombola em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior – IPES até 2019, ano em que o Órgão veio a ser extinto pelo então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. No entanto, algum avanço foi feito nesse meio tempo em que o Programa foi implementado, o que permitiu que livros como *Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade* fossem, finalmente traduzidos e publicados no Brasil.

Referências

AMBRÓSIO, Gabriel. “Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade”,

de Bell Hooks. **Por dentro da África**, 2015. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/ensinando-transgredir-educacao-como-pratica-de-liberdade-de-bell-hooks>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 29 de junho de 2022.

BREDA, Tadeu. “Quem é bell hooks?” Elefante Editora, 2019. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/quem-e-bell-hooks/>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

FILHO, Vinebaldo. “Uma pedagogia engajada de mãos dadas com a prática da liberdade”. **Revista Periferias**, 2019. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/resenha-ensinar-a-transgredir-bell-hooks/>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Trad. Libanio Bhuvi. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SANTANA, Andreia. “bell hooks: uma grande mulher em letras minúsculas”. **Mar de Histórias**, 2009. Disponível em: <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

SOUZA, Maciana. “A extinção da SECADI e o campo da Educação na conjuntura atual”. **Justificando**, 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/01/17/extincao-secadi-campo-educacao-conjuntura-atual/#:~:text=Segundo%20informa%C3%A7%C3%B5es%20no%20portal%20eletr%C3%B4nico,e%20da%20sustentabilidade%20socioambiental.%E2%80%9D%20E>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

Recebido em: 10 maio 2022

Aprovado em: 20 maio 2022